

PROJETO DE LEI MUNICIPAL Nº 191, DE 16 DE OUTUBRO DE 2013.

Altera o §1º do art. 1º da Lei Municipal nº 3.879, de 15 de maio de 2013, que cria o “Auxílio para Diferenças de Caixa Complementar” aos servidores do Poder Executivo Municipal que, pague ou receba valores em moeda corrente e dá outras providências.

SÉRGIO MUNHOZ, Prefeito Municipal de Eldorado do Sul, Estado do Rio Grande do Sul.

FAÇO SABER, que a Câmara Municipal de Eldorado do Sul aprovou e eu, no uso das atribuições legais que me confere a Lei Orgânica do Município, sanciono e promulgo a seguinte:

LEI

Art. 1º Altera o § 2º do art. 1º, da Lei Municipal nº 3.879, de 15 de maio de 2013, que passa a ter a seguinte redação:

§1º O valor pago a título de auxílio será correspondente a 30% (trinta por cento) do vencimento básico do servidor que exerça as atividades elencadas no *caput* deste artigo.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Eldorado do Sul, 16 de outubro de 2013.

SÉRGIO MUNHOZ
PREFEITO MUNICIPAL

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE

Fabiana da Silva Kraschefski
Secretária de Administração

Publicada em ____/____/____

EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

Estamos encaminhando a essa Egrégia Câmara de Vereadores, para apreciação dos nobres Edis, o Projeto de Lei nº 191, de 16 de outubro de 2013, que “Altera o §1º do art. 1º da Lei Municipal nº 3.879, de 15 de maio de 2013, que cria o “Auxílio para Diferenças de Caixa Complementar” aos servidores do Poder Executivo Municipal que, pague ou receba valores em moeda corrente e dá outras providências.”

O presente projeto de visa complementar, por tempo determinado, o *auxílio para diferença de caixa* previsto no artigo 99 do Estatuto dos Servidores do Município de Eldorado do Sul.

Destaca-se que tal proposta deve-se em razão da defasagem que o auxílio representa em relação à evolução da receita municipal, bem como a movimentação financeira realizada por esses servidores, pois os mesmos trabalham com cifras que superam a casa de mais R\$ 70 milhões, além do que existe atualmente mais de 130 (cento e trinta) contas correntes controladas por esses profissionais.

Ademais, cabe salientar que com alterações propostas pelo Tribunal de contas do Estado aumentou significativamente as responsabilidades dos servidores que atuam nesta área, inclusive aumentando suas atribuições conforme se pode apurar através da Lei Municipal nº 3.711/2012.

Importante salientar que os tesoureiros trabalham com CNPJs diferentes, como por exemplo, os específicos para a área da saúde, da assistência social e os dos fundos específicos.

Por fim, cabe destacar que, nos termos do artigo 17 da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), torna-se desnecessária a realização de estudo de impacto orçamentário-financeiro, visto que a dispensa, ora criada, será realizada por tempo determinado e inferior a 2 (dois) anos.

Sendo assim, contando com a Vossa costumeira atenção, aguardamos manifestação dessa Egrégia Câmara Legislativa, com relação a este projeto de lei, enviando também nossas cordiais saudações.

Atenciosamente,

SÉRGIO MUNHOZ
Prefeito Municipal